

Articulações da CLOC, Via Campesina e ALBA Movimentos em contexto de crise na América Latina¹

CLOC, Via Campesina and ALBA Movements articulations in the context of crisis in Latin America

Articulaciones CLOC, Vía Campesina y ALBA Movimientos en el contexto de crisis en América Latina

Pablo NABARRETE-BASTOS

Brasil

Pesquisador do Programa Jovem Cientista do Nossa Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)
pablobastos@id.uff.br

Rozinaldo Antonio MIANI

Brasil

Universidade Estadual de Londrina
rmiani@uel.br

Solange Inês ENGELMANN

Brasil

Universidade Federal Fluminense
solengelo3@gmail.com

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación

N.º 153, agosto - noviembre 2023 (Sección Monográfico, pp. 175-192)

ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X

Ecuador: CIESPAL

Recibido: 25-06-2023 / Aprobado: 03-08-2023

¹ Pesquisa apoiada pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

Resumo

O objetivo do artigo é compreender como a CLOC, Via Campesina e ALBA Movimentos se articulam como aparelhos populares de hegemonia e atuam em suas lutas proporcionando engajamento com o comum a partir da América Latina. Discutimos o papel da comunicação comunitária e popular na construção da hegemonia popular e analisamos como essas organizações populares utilizaram suas plataformas digitais para organizar seus discursos, suas lutas e contribuir na formação da opinião pública. Metodologicamente, realizamos pesquisa bibliográfica não sistemática e empírica exploratória por meio da observação de plataformas digitais das organizações selecionadas e análise documental de textos das três organizações que sinalizam suas compreensões acerca do comum e das crises políticas no Brasil e Peru.

Palavras-chave: comunicação, hegemonia popular, comunicação popular e comunitária, aparelhos populares de hegemonia.

Abstract

The objective of the article is to understand how CLOC, Via Campesina and ALBA Movements are articulated as popular apparatuses of hegemony and act in their struggles providing engagement with the common from Latin America. We discuss the role of community and popular communication in the construction of popular hegemony and analyze how these popular organizations used their digital platforms to organize their speeches, their struggles and contribute to the formation of public opinion. Methodologically, we carried out a non-systematic and empirical exploratory bibliographical research through the observation of digital platforms of the selected organizations and documental analysis of texts from the three organizations that signal their understandings about the common and political crises in Brazil and Peru.

Keywords: communication, popular hegemony, popular and community communication, popular apparatuses of hegemony.

Resumen

El objetivo del artículo es comprender cómo CLOC, Vía Campesina y ALBA movimientos se articulan como dispositivos populares de hegemonía y actúan en sus luchas brindando compromiso con lo común desde América Latina. Discutimos el papel de la comunicación comunitaria y popular en la construcción de la hegemonía popular y analizamos cómo estas organizaciones populares utilizaron sus plataformas digitales para organizar sus discursos, sus luchas y contribuir a la formación de opinión pública. Metodológicamente, realizamos una investigación bibliográfica exploratoria no sistemática y empírica a través de la observación de plataformas digitales de las organizaciones seleccionadas y análisis documental de textos de las tres organizaciones que señalan sus entendimientos sobre las crisis comunes y políticas en Brasil y Perú.

Palabras clave: comunicación, hegemonía popular, comunicación popular y comunitaria, aparatos populares de hegemonía.

Introdução

¡Globalicemos la lucha, globalicemos la esperanza!
(Palavra de ordem da Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo - CLOC-Vía Campesina)

Desde a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida posteriormente como Primeira Internacional, em 28 de setembro de 1864, foram muitos os esforços empreendidos para organizar internacionalmente a classe trabalhadora em contraposição à lógica global do capital, à hegemonia burguesa, para construir a hegemonia popular, a hegemonia da classe trabalhadora. A mensagem inaugural da Primeira Internacional, redigida por Karl Marx, organizador e depois também dirigente do Conselho Geral da Internacional, convocava os operários do mundo a tomar o poder político, fortalecer a união fraterna entre a classe trabalhadora de diferentes países e fundar um partido proletário independente.

Marx descreve a situação de fome da classe trabalhadora rural e urbana, que não possuía condições mínimas de alimentação, o aumento das mortes por fome e a concentração de terras. Para Marx (2007, s/p), essa época ficaria marcada pelos efeitos mortíferos da “peste social chamada crise comercial e industrial”. Somava-se a este contexto econômico adverso a destruição de organizações partidárias e jornais das classes operárias após 1848. Mais de um século depois, diferentemente do que previa Marx, pois protagonizados por povos campesinos e originários latino-americanos, redes de movimentos populares como a Via Campesina, a CLOC-Via Campesina e a ALBA Movimentos se aproximam justamente na luta pela terra como meio de trabalho e vida, por soberania alimentar e pelo socialismo a partir, principalmente, da América Latina.

No século XIX ou na contemporaneidade um desafio permanece para a articulação das lutas sociais e políticas: a construção da unidade na diversidade. Em outros termos, trata-se de um processo de luta pelo comum, de mediação e engajamento com o comum (Bastos, 2022a). Raymond Williams (1969) nos alerta sobre a necessidade de construirmos uma cultura comum, por uma questão de sobrevivência, por igualdade entre os sujeitos. Conquanto as relações de produção e a contradição estrutural entre capital e trabalho equalizem a classe trabalhadora, há uma série de particularidades corporativas, no sentido gramsciano de categorias da classe trabalhadora, além de mediações culturais e políticas diversas, que, no limite, podem levar ao que denominamos “dialética da insularidade” (Bastos, 2020). Este conceito explica a tendência dos movimentos sociais e da comunicação popular, alternativa e comunitária que praticam se circunscrevem ao território semântico, cultural e político em que atuam, limitando a inteligibilidade recíproca com outras lutas e, consequentemente, o seu potencial contra-hegemônico, conforme proposição de Boaventura de Sousa Santos (2002).

Para superar a situação de particularismo na teoria e na práxis de movimentos sociais contemporâneos, propomos a noção de engajamento com o comum, compreendendo o comum como princípio político (Dardot & Laval, 2017) e como núcleo epistêmico do objeto comunicacional (Sodré, 2014). A noção de engajamento com o comum (Bastos, 2022a) pavimenta e sinaliza o caminho epistemológico e político, que pode viabilizar a comunicação entre diferentes formas de luta com potencial contra-hegemônico na disputa contra a hegemonia do capital, contra o “comum capitalista” (Harvey, 2011a; Dardot & Laval, 2017). Duas grandes instâncias de debates sobre o comum são a materialidade e a agência histórica sobre “o comum”. De um lado temos o “em comum”, relacionado ao comum produzido e/ou partilhado pelo gênero humano: a natureza, a linguagem, a tecnologia e o trabalho. De outro lado, temos a agência histórica sobre ou para o comum: a construção do comum como ato político potencialmente emancipatório (Bastos, 2022a), perspectiva que enfatizamos neste artigo.

As articulações continentais e internacionais de movimentos populares Coordenação Latino-Americana de Organizações Rurais (CLOC-Via Campesina), Via Campesina e ALBA Movimentos buscam articular as diferentes entidades e lutas que as compõem em torno de um comum político emancipatório. Embora a ALBA reúna movimentos sociais urbanos e rurais, identificamos em seu discurso similaridades com a CLOC-Via Campesina e a Via Campesina, sobretudo, por meio da pauta comum da soberania alimentar. De maneira geral, essas organizações se aglutinam contra o bloco de poder organizado em aliança de classes que engloba o capital financeiro internacional, as transnacionais do agronegócio, os grandes fazendeiros nacionais e os conglomerados de mídia. Formam um bloco de poder hegemônico na agricultura, no Estado, na sociedade, campo e cidade (Bastos, 2021).

Este artigo possui como objetivo geral compreender como essas organizações se articulam como aparelhos populares de hegemonia e atuam em suas lutas proporcionando engajamento com o comum a partir da América Latina, em contexto de crise política. Como objetivos específicos propomos: discutir as particularidades teóricas, o papel da comunicação popular e comunitária (Miani, 2010; 2011) na construção da hegemonia popular e analisar como essas organizações populares utilizaram suas plataformas digitais para organizar seus discursos, suas lutas e contribuir com a formação da opinião pública em contexto de crise política, a partir de dois eventos particulares: a derrubada do presidente do Peru, Pedro Castillo, no dia 07 de dezembro de 2022, e pouco mais de um mês depois, no dia 08 de janeiro de 2023, a tentativa de golpe no Brasil com a invasão das sedes dos três poderes em Brasília por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Metodologicamente, realizamos pesquisa bibliográfica não sistemática, pesquisa empírica exploratória por meio da observação de plataformas digitais das organizações populares selecionadas e análise documental a partir de *corpus* composto por textos das três organizações que

sinalizam suas compreensões acerca documum e das crises políticas no Brasil e no Peru.

Disputas por hegemonia em contexto de crise política

Quando Gramsci inicia a formulação do seu conceito de hegemonia no período do cárcere, realiza articulação com outro conceito fundamental, o de aparelhos privados de hegemonia. Além disso, outro aspecto relevante para a nossa argumentação, é que desde os primeiros escritos, a articulação teórica entre hegemonia e aparelhos de hegemonia é pensada em contexto histórico de crise política, de autoridade e de hegemonia, aspectos diretamente relacionados em Gramsci. Mais especificamente, Gramsci (2007a) aborda o estilhaçamento ou a desagregação do aparelho hegemônico que sustenta a classe dominante, ocasionando crise da hegemonia, no contexto de crise política pós-guerra, em sentido estrito. No caso da Itália, o processo de reconstrução do aparelho hegemônico teve como corolário ilegalidades e uso extremo da força, levando ao fascismo.

A crise ocasiona instabilidade nos aparelhos e, consequentemente, na capacidade da classe dominante dirigir as demais classes e justificar a sua hegemonia, a relação entre força econenso, sociedade política e sociedade civil. Nesse contexto, recrudescem os esforços por monopólio da opinião pública. No período das análises de Gramsci, o autor destaca os jornais, os partidos e o parlamento como principais órgãos da opinião pública. Atualizando o argumento, todo o ecossistema midiático, incluindo as plataformas digitais controladas por *big techs*, possuem forte influência na formação da opinião pública. A comunicação popular e comunitária (Miani, 2010; 2011) engajada com um projeto de hegemonia popular possui flagrante importância para proporcionar elementos críticos, fundamentos históricos e o olhar dos movimentos populares para a formação da opinião pública, ainda que em plataformas digitais controladas por *big techs*.

Em seu Caderno 15 (1933), Gramsci (2007b) aborda particularmente o conceito de crise, a partir dos acontecimentos relacionados à crise de 1929, cujo evento proeminente é a quebra da bolsa de Nova York. O primeiro argumento formulado por Gramsci se refere à complexidade da crise, irredutível a uma definição ou causa única. Em segundo argumento, Gramsci trata da impossibilidade de precisar o início da crise; apenas aponta algumas de suas manifestações mais visíveis, como o *crack* da bolsa de Nova York, no outono de 1929, sendo este o sintoma mais flagrante do desenvolvimento da crise, conforme o autor, relacionando-a mais diretamente com a guerra e o período pós-guerra.

Gramsci salienta, ainda, a dificuldade de discernir as especificidades da crise econômica, política, ideológica etc., o que se torna possível somente mediante a abstração de caráter científico. Por fim, chancela que a crise possui origem nas

relações técnicas, de classe, no modo de produção e não em aspectos jurídicos ou políticos, considerando o próprio desenvolvimento do capitalismo como um processo de crise contínua. Perspectiva corroborada por Harvey (2011b) em sua análise da crise econômica de 2008, quando formula e demonstra a sua relação com as crises anteriores e estas como intrínsecas ao capitalismo. Em outra passagem, Gramsci (2007b) postula que toda crise é estrutural, sujeita a força maior, e que só pode ser superada construindo uma nova estrutura, tarefa colocada historicamente para a classe trabalhadora organizada.

Borba (2020) argumenta que a temática das crises políticas na América Latina recebeu atenção renovada nos últimos anos devido às turbulências recentes que colocaram em debate os limites do presidencialismo e do próprio regime democrático. Partindo de levantamento de crises políticas nas democracias liberais de 15 países latino-americanos entre 1990 e 2020, na qual identifica 37 casos, Borba (2020, p. 143) organiza esquematicamente três matrizes do que considera intervenções “desarmadas” nessas crises políticas: as “primaveras”, referente aos protestos, movimentos e mobilizações populares; os “tribunais”, que simbolizam as intervenções dos órgãos de controle e instituições judiciais com base no imperativo da lei; e os “dólares”, que representam a suscetibilidade das economias da América Latina, o risco fiscal, cambial e a fragilidade política ao controle econômico externo, ao “voto dos dólares”, segundo o autor, que podem levar ao estelionato eleitoral.

Borba (2020) comprehende que a expressão “primaveras” trata de uma descrição provisória para um fenômeno ainda não apreendido de forma consistente, mas de maneira geral, o termo se refere a grandes movimentos de rua que emergem de forma rápida, heterogênea e à margem de espaços institucionais de mediação, o que se difere do caráter organizativo e projetivo dos movimentos sociais populares. O autor destaca a participação de mobilizações em massa na derrubada de presidentes latino-americanos desde o início dos processos de redemocratização em nosso continente, iniciado em 1979. A principal questão acerca das primaveras talvez seja a inflexão à direita. Nas lutas antineoliberais dos anos 1990 e 2000, os protestos se caracterizavam pelo caráter progressista e popular contribuindo com os processos de democratização e fortalecimento dos movimentos sociais populares, objeto do nosso artigo.

CLOC, Via Campesina e ALBA Movimentos como aparelhos populares de hegemonia e o comum político a partir da América Latina

A relação entre hegemonia e aparelhos privados de hegemonia está diretamente relacionada com outras noções gramscianas como dominação e direção, sociedade política e sociedade civil que compõem o Estado Integral ou Estado ampliado, como ficou conhecido na acepção proposta por Christine Buci-Glucksmann (1980). Devemos lembrar que as categorias de análise do autor

italiano operam em nexo dialético, de unidade-distinção (Liguori, 2007) ou unidade-diferenciação (Bianchi, 2008), cujas diferenciações são metodológicas, não orgânicas, atuando de forma interativa e multidimensional na realidade concreta (Bastos, 2020). Em passagem na qual discute a relação entre política, arte militar e os erros comuns em ambas as frentes de luta, Gramsci (2007a) argui que um equívoco comum na política é a incompreensão do que é o Estado em sentido integral: ditadura + hegemonia.

Burgos (2017, p.148) postula que a sociedade civil é Estado porque é “nessa esfera queos projetos políticos que disputam a direção da vida social constroem as condições de sua possibilidade, articulando seus próprios aparatos de hegemonia”. O aparelho hegemônico possibilita o elo conceitual com o Estado Integral (Liguori, 2014), a base da compreensão materialista de Gramsci acerca da hegemonia. Conforme Gramsci (2011) há um equilíbrio entre sociedade política (o Estado e seu aparato coercitivo) e sociedade civil, por meio da qualum grupo social ou uma coalizão de classes constrói sua hegemonia sobre a sociedade nacional, por meio das organizações privadas e seus intelectuais, em espaços como igreja, sindicatos, escolas etc. Por isso a desagregação dos aparelhos privados de hegemonia em período de crise provoca uma crise de autoridade e de hegemonia.

Em tópico no qual se atém ao “Estado ético e de cultura”, Gramsci (2007a) argumenta que todo Estado é ético, pois sua função primordial é adequar as massas culturalmente e moralmente ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, aos interesses das classes dominantes. Gramsci destaca a escola, como “função educativa positiva”, e os tribunais, como “função educativa repressiva e negativa”, como as atividades estatais mais importantes neste sentido; além disso, destaca as atividades privadas que formam o “aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes” (Gramsci, 2007a, p. 284). Dentre os espaços de exercício da hegemonia, Gramsci (2007a, p. 265) salienta a opinião pública, expressa por jornais e associações, que expressa o “conteúdo político da vontade política pública”, estando diretamente relacionada com a hegemonia política e suas disputas, realizando mediação e interface entre consenso e força, sociedade civil e sociedade política. Nesse sentido, é fundamental o exercício da comunicação popular e comunitária orientada por um projeto de hegemonia popular para a formação da consciência política crítica em contraposição aos aparelhos dirigidos pelas classes dominantes.

Propomos o conceito de aparelhos populares de hegemonia para designar organizações e instituições, cujos processos de formação política e produção simbólica contribuem para a construção de um projeto de poder popular (Bastos, 2021; 2020; 2022b). Gramsci (1999) argumenta que a compreensão crítica é erigida por meio do contraste de hegemonias políticas, o que proporciona consciência política, que para o autor é a noção de que se faz parte de determinada força hegemônica. Assim, a formação da consciência política é decorrente de um processo ético, político, prático e filosófico. Dessa maneira,

para a constituição da consciência política no campo popular é estratégica a práxis interativa (Coutinho, 1992) em aparelhos populares de hegemonia.

A comunicação popular e comunitária é decisiva para constituir a vontade coletiva em torno de um projeto de poder popular, o que pressupõe a habilidade política das organizações populares em engajar a sociedade e sua base política na luta pela “hegemonia popular” (Bastos, 2020), bem como proporcionar condições que levem os sujeitos coletivos à sua emancipação política. Propomos o conceito de hegemonia popular a partir das contribuições originais de Lênin (2009) e Gramsci (1999; 2001; 2007a; 2007b) para pensar a constituição das classes populares como sujeito político e coletivo organizado, a partir da aliança de classes, organizando a formação e direção intelectual, ética e pedagógica da sociedade, proporcionando condições objetivas e subjetivas para colocar em marcha um projeto de poder popular. A luta pelo comum está na intersecção proporcionada pelo popular, em última análise, na luta pela hegemonia popular (Bastos, 2021; 2022a; 2022b).

A partir de pesquisa exploratória² sobre os discursos de construção do comum nas redes de movimentos sociais organizados internacionalmente na luta contra o neoliberalismo, com destaque para a Via Campesina e a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) dos Movimentos Sociais, observamos a emergência dos debates sobre o comum, com centralidade nas questões da natureza e do bem comum, sobretudo, a partir da agroecologia, da cultura camponesa e dos povos originários em contraposição aos processos de exploração e expropriação perpetrados pelo agronegócio em escala global.

Nos primeiros anos da década de 1990, tem início uma movimentação e aglutinação de movimentos sociais em torno da identidade camponesa na América Latina. Em 1992, diante da tentativa dos governos de Portugal e Espanha de celebrar os 500 anos de “descobrimento” da América, organizações populares e movimentos sociais promovem a campanha “500 anos de resistência indígena, negra e popular”. Essas movimentações populares com o protagonismo campesino e de povos originários tensionam a tese cara ao marxismo de que somente o operário possuiria as condições objetivas para organizar e liderar o movimento político popular capaz de superar a sociedade de classes. Contrariando a orientação moscovita, que propunha uma aliança entre o operariado e a burguesia como estratégia política na América Latina, na primeiramente do século XIX, o marxista peruano José Carlos Mariátegui (1975) defendia que a hegemonia do processo revolucionário deveria partir da classe trabalhadora que, no caso do Peru, é majoritariamente indígena (Bastos, 2021).

A Via Campesina é um movimento que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa, unidos pelo

² Agradecemos a participação da bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-CAPES) Gabryella Eloi Câmara, orientada por Pablo Nabarrete Bastos, que nos auxiliou na coleta e análise dos dados da pesquisa empírica.

vínculo estreito com a terra (Desmarais, 2013). Uma das principais políticas da Via Campesina é a defesa da soberania alimentar. De maneira sucinta, podemos definir soberania alimentar como o direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar (Bastos, 2021). A Via Campesina é um importante exemplo de movimento social em rede, com a articulação de movimentos sociais campesinos de todos os continentes, que se identificam na luta em defesa dos seus territórios, contra a espacialização do capital e a consequente derrubada de fronteiras econômicas, políticas, culturais e sociais.

A ideia inicial de uma organização mundial de camponeses apareceu em abril de 1992, em Manágua (Nicarágua), quando vários líderes camponeses da América Central, América do Norte e Europa foram convidados para o Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG). A oficialização da Via Campesina se dá um ano depois em Mons, na Bélgica, em encontro de 55 organizações camponesas de 36 países (Vieira, s/d). No texto “La Via Campesina: a voz global dos camponeses”, a organização se autodefine como “um movimento autônomo, plural e multicultural, político em suas demandas por justiça social e independente de qualquer partido político, econômico ou outros tipos de afiliação” (Via Campesina, 2023a, s/p)³. Na mesma brochura, diz ser “um movimento de movimentos, não uma federação ou ONG com estruturas rígidas, funcionários e financiamento”. É composta de 182 organizações em 81 países.

A ALBA Movimentos se define como:

Uma plataforma que articula mais de 400 organizações de 25 países, em luta pela integração da Nossa América, e a construção de um projeto político emancipatório para e desde os povos, que represente a riqueza e a diversidade da luta anticapitalista, anti-imperialista, anticolonialista, antirracista, feminista, ecossocialista, por um socialismo indo-afro americano; em diálogo e sinergias integradoras com outras redes, plataformas e articulações (Alba Movimentos, 2023, s/p).

Embora a ALBA Movimentos seja herança da alternativa de integração proposta por Hugo Chávez e Fidel Castro em 2004, os primeiros encontros como articulação continental demovimentos sociais e populares iniciaram apenas em 2008.

A ALBA Movimentos atua em seis eixos estratégicos: Unidade de Nossa América e Internacionalismo; Batalha Ideológica-cultural e Descolonização; Economia para o Bem Viver; Defesa da Mãe Terra e Soberania dos Povos; Democratização e Construção de Poder Popular; e Feminismos Populares. Cada um destes eixos é fundamentado em artigos publicados em seu website (Alba Movimentos, 2023) e no documento de título “Bases para a unidade em luta de nossa América” (Alba Movimentos, 2009, p.01). A proposta de um socialismo indígena, afro, nosso-americano e feminista da ALBA amplia e dilata o projeto

3 Tradução nossa (este e todo os demais textos em inglês e espanhol foram traduzidos pelos autores).

de um socialismo indo-americano de Mariátegui (2011), incluindo a matriz étnico-racial afro-americana, predominante em diversos países como o Brasil, e também a lutafeminista.

A Coordenação Latino-Americana de Organizações Rurais (CLOC-Via Campesina) Via Campesina (2023a), se apresenta como uma instância representativa de movimentos campesinos, seu modo de vida e produção, operários, indígenas e afrodescendentes da América Latina, que atua há mais de 25 anos engajada com a luta social, pelos direitos humanos, econômicos, culturais, sociais e políticos dos povos do continente, com centralidade na luta de classes, nas lutas anticapitalista, antineoliberal e anti-imperialista e com o objetivo de construir uma sociedade democrática e plural sem exploradores ou exploradores, soberana e independente. Atualmente, conta com 84 organizações em 18 países da América Latina e Caribe. A CLOC destaca a solidariedade permanente e sustentada com a Revolução Cubana e os processos populares que avançam no continente e o engajamento com a construção de um projeto socialista na América Latina.

Comunicação popular e comunitária: pressupostos de uma comunicação estratégica no processo de construção de uma hegemonia popular

A possibilidade de construção de uma hegemonia popular a partir das contradições emersas de um contexto de crise política, principalmente, mediada pela ação política dos aparelhos populares de hegemonia, exige que se reconheça no âmbito das estratégias políticas o importante papel a ser cumprido pela comunicação. Nesse sentido, a constituição e consolidação da comunicação popular e comunitária são coetâneas ao processo de construção das bases de uma hegemonia popular.

No contexto latino-americano, as experiências identificadas como “comunicação popular”, principalmente, a partir da década de 1960, marcaram a emergência de uma concepção e prática de comunicação fundamentada em princípios políticos contra-hegemônicos, em outras palavras, anticapitalista, anti-imperialista e anticolonialista. O fenômeno político marcado pela emergência dessas práticas comunicativas populares na América Latina impulsionou um movimento acadêmico em torno da produção de pesquisas e, consequentemente, na constituição de um subcampo específico no interior do campo da Comunicação voltado para conhecer e analisar a comunicação de natureza contra-hegemônica, ou ainda melhor caracterizado, aquela comunicação voltada para a construção de outrahegemonia. Nesse contexto, muitos são os pesquisadores e agentes sociais que, desde então, vêm contribuindo neste desafio (Kaplún, 1985; Festa & Silva, 1986; Grinberg, 1987; Peruzzo, 1998).

Nessa trajetória, muitas foram as nomeações propostas e atribuídas ao conjunto das práticas comunicativas inseridas nos processos de disputa de

hegemonias, todas elas com suas pertinências e bases argumentativas legítimas. Não é propósito deste artigo entrar nessa seara, apesar de reconhecermos ser necessário promover a ampliação desse debate; cabe apenas afirmar que, com base nos pressupostos da filosofia da linguagem bakhtiniana (Bakhtin, 1997), cada uma das respectivas nomeações comportam perspectivas político-ideológicas próprias, com diferenças importantes e até mesmo conflitantes. Nesse sentido, optamos por trabalhar com a perspectiva construída em torno da comunicação popular e comunitária (Miani, 2010; 2011).

A apropriação da significação operada com a expressão comunicação popular e comunitária demanda compreender os elementos ‘popular’ e ‘comunitária’ “como complementares e dialeticamente interseccionados” (Miani, 2011, p. 222). O popular estabelece a natureza político-ideológica de classe impregnada numa determinada prática ou expressão comunicativa. Essa acepção já estava bem demarcada nos escritos de Cicilia Peruzzo (1998, p. 125), em especial, quando a referida autora afirma que se trata de uma comunicação “articulada a um processo de conscientização-organização-ação mais amplo de setores de classes subalternas” voltadas para “construção de uma sociedade nova”. Ainda segundo Peruzzo (1998, p. 124) a comunicação popular se desenvolve “no bojo da educação popular libertadora, ‘ligada à luta do povo’ contra a degradação das condições de existência e pela defesa da vida”.

A partir desse ponto, porém, é preciso apresentar uma ponderação em relação às implicações do uso do termo ‘popular’ no contexto da comunicação. Considerando a filosofia da linguagem que baliza as reflexões em torno da comunicação popular e comunitária - que afirma que toda e qualquer significação de uma palavra é construída num processo de interação social e inscrita num determinado contexto histórico (Bakhtin, 1997) - a expressão “comunicação popular” de que nos tornamos signatários foi apropriada para nomear práticas de comunicação contra-hegemônica que se revelaram, por vezes, práticas verticalizadas e/ou até mesmo autoritárias.

Portanto, usar apenas a expressão ‘comunicação popular’ poderia produzir algumas complicações e, mais do que isso, proporcionar algumas imprecisões em relação à concepção de uma comunicação contra-hegemônica em sua acepção concreta e plena. Nesse sentido, abre-se uma lacuna em relação à necessidade de romper com o caráter vertical/autoritário marcadamente presente em experiências concretas designadas como comunicação popular.

Diante disso, recorre-se à ideia de comunidade para suprir essa lacuna; para tanto, atribui-se a esse termo uma significação própria. No contexto da comunicação popular e comunitária, o elemento ‘comunitária’ (derivado de comunidade), diz respeito à construção de práticas participativas, fundamentadas na valorização das singularidades dos sujeitos envolvidos nos respectivos processos de produção comunicativa, e que conduz à “desalienação”, possibilitando “uma melhor compreensão dos indivíduos sobre sua realidade concreta e consequentemente, uma maior autonomia e consciência na

proposição de ações que julguem pertinentes ao bem-estar de sua comunidade” (Miani, 2011, p. 229-230).

De outra parte, se falássemos apenas em ‘comunicação comunitária’, não ficariacaracterizada a natureza classista de tais práticas comunicativas, pois, concordando com Ciro Marcondes Filho (1987, p. 157), “comunidade não é necessariamente classe social”. Além disso, as práticas comunicativas concretas que têm sido nomeadas como ‘comunicação comunitária’ não reivindicam necessariamente a condição de uma comunicação identificada com os interesses políticos e ideológicos das classes subalternas. Com isso, concluímos que a expressão ‘comunicação popular e comunitária’ (pelo que ela significa a partir dos elementos conceituais apresentados) contempla plenamente os nossos pressupostos, em especial, quando se trata de analisar a comunicação produzida no contexto de organizações sociopolíticas com vistas à construção de uma hegemonia popular.

Por uma comunicação para a construção do poder popular latino-americano

Em relação aos processos comunicativos produzidos pelas organizações populares CLOC-Via Campesina, Via Campesina e ALBA Movimentos, constatamos a apropriação e utilização de múltiplos meios e plataformas; para os propósitos deste artigo, destacamos o uso das plataformas digitais. Todas as referidas organizações possuem *website* e sites de redes sociais (SRS) no Instagram, Facebook e Twitter. Embora a CLOC-Via Campesina seja a instância representativa da Via Campesina na América Latina e Caribe, a organização possui estrutura organizativa e processos de comunicação próprios, por isso a pertinência de incluir a CLOC-Via Campesina em nossas análises.

Dialecticamente, não somos ingênuos com o comum midiatizado e plataforma (Bastos, 2022b), todavia, podemos enxergar exemplos concretos de contramidiatização naspráticas das organizações populares analisadas. Na perspectiva dialética proposta por Jansson (2017), embora a midiatização seja um metaprocesso movido por forças hegemônicas, há também a constituição do que o autor comprehende como formas de resistência anti- hegemônica, de elementos de contramidiatização que podem ou não afetar as formas e direções dominantes do processo.

No contexto das plataformas digitais das organizações aqui analisadas, além daquela comunicação voltada para os propósitos da disseminação de informações acerca de suas lutas gerais e específicas, também constatamos a sua utilização para a socialização de deliberações políticas e de reflexões a respeito de aspectos de conjunturas nacionais e internacionais. Essas informações e análises se constituem como elementos centrais para o estabelecimento de estratégias de ação, cumprindo um dos objetivos da comunicação de uma organização de articulação de movimentos sociais e populares.

As três organizações apresentam em seus textos fundantes e organizativos esforços para a constituição de um comum político emancipatório desde a América Latina. No Manifesto Geral da Primeira Cúpula de Conselhos de Movimentos Sociais da ALBA-TCP (Clacso, 2010, p.184), a ALBA Movimentos propõe-se o objetivo de “criar espaços de discussão para avaliar as atividades dos movimentos sociais e desenvolver programas comuns”. A organização atesta que se insere em: “processo de disputa do sentido comum para construir e fortalecer a identidade coletiva de Nossa América, a unidade e integração dos povos na diversidade cultural que somos [...]” (Alba Movimiento, 2020, p. 01).

A CLOC-Via Campesina em documento, publicado em seu *website*, afirma o compromisso de “continuar construindo a unidade do movimento camponês, da Solidariedade Internacionalista, da luta pela Reforma Agrária, Soberania Alimentar e Direitos Camponeses em todo o mundo” (Cloc, 2022, p. 03). A Via Campesina, repercute a luta pela soberania alimentar e aponta que esta: “inclui a luta pela terra e uma verdadeira reforma agrária que garanta que os direitos de uso e manejo de terras, territórios, água, sementes, pecuária e biodiversidade estejam nas mãos de quem produz alimentos e não do setor empresarial” (Via Campesina, 2021, p. 01).

Podemos identificar a dimensão científica e ético-política do comum a partir do que propõe Sodré (2002), quando afirma que precisamos inscrever no pensamento comunicacional horizonte do “comum”, da revitalização da experiência democrática, “da capacidade de articulação ético-política” das organizações regionais e populares” (p. 257). E a emergência do comum como princípio político central na luta contra o neoliberalismo, propulsionando movimentos de luta anticapitalista com potencial para construir a hegemonia popular. Para Dardot & Laval (2017), a América Latina é o lugar de onde emergem diferentes lutas de cunhpopular e contra o neoliberalismo desde o início deste século, pelo continente ter sido submetido bem mais cedo do que outras regiões às políticas neoliberais do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Inserido no contexto de crises na América Latina, em 17 de janeiro de 2023, um comunicado publicado no *website* da CLOC-Via Campesina (2023), reivindica intervenção da ONU para garantir o respeito aos direitos humanos sofridos pelos camponeses no Peru, devido à crise política gerada pela destituição do presidente do país, Pedro Castillo. No dia 7 de janeiro de 2022, o presidente do Peru sofreu um golpe de Estado e foi preso por determinação da justiça do país, levado a uma prisão de segurança máxima em Barbadillo. Após o afastamento de Castillo, os movimentos e organizações sociais do país realizaram protestos denunciando a morte de 62 manifestantes, por forte repressão policial (Cloc-Via Campesina, 2023).

[...] Graves atos de criminalização e deslegitimação do movimento camponês e popular estão ocorrendo, como o ocorrido em 17 de dezembro, quando um grupo de 60 membros da unidade antiterrorista da polícia nacional peruana invadiu

a sededa a Confederação Campesina do Peru (CCP) em Lima, organização membro da ViaCampesina e da CLOC, detendo 26 dirigentes e camponeses da organização [...] (CLOC-Via Campesina, 2023, p.01).

Em fevereiro de 2023, as denúncias sobre a situação de crise política e avanço da repressão contra os movimentos sociais também foram repercutidas em comunicado da ALBAMovimentos, no *website* da organização, apontando que a situação de repressão contra as mobilizações sociais no país foi causada por um golpe institucional contra o presidente Pedro Castillo, eleito pelo voto popular em 2021. “[...] A mídia hegemônica, tanto no Peru como em todo o continente, tenta instalar a narrativa do “duplo golpe”, que, como apontam os movimentos e organizações, não corresponde à verdade [...]” (Alba Movimentos, 2023b, p.01).

O documento denuncia como a imprensa hegemônica costuma agir na América Latina, atuando como correia de transmissão que procura legitimar golpes institucionais com base em discursos sobre a crise econômica mundial, que colocam em xeque os sistemas presidencialistas e o próprio sistema democrático, conforme assinalou Borba (2020).

Nesse sentido, em relação aos ataques contra a democracia no Brasil, realizados no dia 08 de janeiro de 2023, por ações de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, com a depredação nas sedes dos três Poderes em Brasília, a CLOC-Via Campesina divulgou em seu *website* nota no dia 9 de janeiro de 2023, condenando a tentativa de golpe contra o presidente Lula, eleito pelo voto popular, em 30 de outubro de 2022 (Cloc-Via Campesina, 2023a).

Na mesma data, a Via Campesina também divulgou nota em seu *website* em versão espanhol, francês e inglês, condenando os atos terroristas e a tentativa de golpe contra Luiz Inácio Lula da Silva.

[...] Condenamos as ações violentas e pedimos que a ordem democrática seja respeitada e que os líderes golpistas que organizaram e motivaram tais ações sejam responsabilizados. Junto com nossas organizações da Via Campesina Brasil defendemos a Soberania Alimentar, a Defesa da Agroecologia Campesina, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Campesinos e Outras Pessoas que Trabalham no Campo (UNDROP) [...] (Via Campesina, 2023, p.01).

A CLOC-Via Campesina estabelece uma relação entre a defesa da democracia e as instituições democráticas no Brasil, no respeito às regras do jogo eleitoral, à soberania popular no Brasil, na América Latina e Caribe, e denuncia o avanço do fascismo e do terrorismo. Por sua vez, a Via Campesina cobra o respeito ao sistema democrático e ressalta a importância do novo governo Lula para a luta social e os movimentos populares.

As denúncias e posicionamentos acerca das crises políticas no Peru e Brasil e seus efeitos, traduzidos no aumento das violências contra as organizações populares e o avanço de uma política de extrema-direita na América Latina, denunciados nos textos das plataformas digitais analisadas, demonstram uma

grande preocupação dos movimentos populares no mundo quanto ao perigo que essas crises políticas representam para o sistema democrático. Ironicamente, nos casos analisados, são os próprios aparatos de sustentação da democracia burguesa que foram colocados em xeque.

No caso do Peru, ocorreu uma interferência dos tribunais como “função educativa repressiva e negativa”, na perspectiva gramsciana, e como intervenção desarmada no contexto de crise política, conforme abordagem de Borba (2020). Também vale destacar a violência contra os povos indígenas, base de apoio fundamental do presidente eleito Pedro Castillo, o que significa a tentativa de minar o segmento que reuniria as condições para ser o protagonista da hegemonia popular no Peru, conforme argumentação de Mariátegui (1975).

Com relação ao Brasil, os próprios veículos da mídia burguesa condenaram os violentos ataques, concretos e simbólicos, aos três Poderes da República. Neste caso, porém, há significativa diferença se comparado com as abordagens realizadas pela comunicação popular e comunitária, conquanto ambas tenham condenado os ataques. A CLOC-Via Campesina destaca que os atos foram executados pela “direita fascista e extremista”, termos pouco usuais na pretensa isonomia que, supostamente, regula a deontologia jornalística burguesa, além de esclarecer os princípios do seu lugar de enunciação: anticapitalista, antineoliberal e anti-imperialista. Já a Via Campesina salienta a defesa da democracia, sobretudo, a partir das lutas pela soberania alimentar, por uma agroecologia campesina e pelos direitos humanos que unem as lutas das organizações da Via Campesina Brasil.

Considerações finais

Uma premissa presente na mensagem inaugural de Marx e na própria motivação para a criação da Primeira Internacional é que somente a organização internacional da classe trabalhadora com base em aspectos estruturais, na realidade concreta, a partir do materialismo histórico dialético, e do vínculo afetivo entre as classes populares, pode superar a lógica universal do capital. Quase 160 anos depois da mensagem escrita por Marx, observamos os esforços para a identificação, o fortalecimento e a construção de um comum político emancipatório a partir do lugar que as organizações populares Via Campesina, da ALBA Movimentos e da CLOC-Via Campesina ocupam nas relações de produção, dos seus vínculos com a terra e do reconhecimento de um comum cultural e político que as vincula.

Compreende-se um reconhecimento fundamental por parte da Via Campesina, da ALBA Movimentos e da CLOC-Via Campesina sobre a importância das instituições democráticas, ainda que com limitações diante da democracia burguesa e liberal, para avançar nas pautas sociais, bem como a necessidade de compreender como uma ruptura democrática em contexto de crise política pode abrir caminho para um avanço ainda maior da extrema-

direita e para a instalação de um autoritarismo, que ameaça a existência dos movimentos populares e das lutas sociais. Esse foi o tipo de processo que esteve na gênese do fascismo na Itália, conforme as análises de Antonio Gramsci (2007a) sobre a crise decorrente da guerra e o desmonte dos aparelhos privados de hegemonia.

Essas organizações de movimentos populares se articulam em redes e se utilizam das estratégias da comunicação popular e comunitária (MIANI, 2010; 2011), também presente nas plataformas digitais, para auxiliar na disputa pela opinião pública em torno da democracia e desempenhar um importante papel para as lutas sociais e na construção de uma hegemonia popular na América Latina e no mundo. Buscam articular, assim, um discurso continental e internacional em rede, que fortalece um comum político emancipatório entre os movimentos populares e possui um relevante papel na possível construção de uma hegemonia popular da classe trabalhadora mundial.

Referências

- Alba Movimientos (2023, s/d). *Alba Movimientos*. Obtido em <https://albamovimientos.net/>.
- _____. (2020, 24 de julho). Batalla Ideológica-Cultural y Descolonización. *Alba Movimientos*. Obtido em <http://albamovimientos.net/batalla-ideologica-cultural-y-descolonizacion/>.
- _____. (2023a, s/d). *Nosso Projeto*. *Alba Movimientos*. Obtido em <http://albamovimientos.net/nuestro-proyecto/>.
- _____. (2009). Bases para a unidade em luta de nossa América, Belém, Brasil, 30 janeiro. Alba Movimientos. Obtido em http://albamovimientos.net/wp-content/uploads/2020/07/Cartilla_ALBA-BASES-PARA-LA-UNIDAD-EN-LUCHA_web.pdf.
- _____. (2023b, 16 de fevereiro). El pueblo peruano está en las calles contra la dictadura parlamentaria, Nuestra América camina junto a él. *Alba Movimientos*. Obtido em <https://albamovimientos.net/el-pueblo-peruano-esta-en-las-calles-contra-la-dictadura-parlamentaria-nuestra-america-camina-junto-a-el/>.
- Bakhtin, M. (1997). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- Bastos, Pablo Nabarrete. (2020). Dialética da insularidade: Notas para compreensão da hegemonia popular. In: 29º Encontro Anualda Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS. *Anais Eletrônico* [...]. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Obtido em http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_Z6YXOGOZJCMNooENVS-VS_30_8461_21_02_2020_12_53_39.pdf. 1-21
- Bastos, Pablo Nabarrete. (2021). *Marcha dialética do MST: formação e comunicação política entre campo e cidade*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bastos, Pablo Nabarrete. (2022a). Engajamento com o comum e as disputas por hegemonia. In: ANAIS DO 31º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2022, Imperatriz. *Anais eletrônicos...* Campinas, Galoá. Obtido em https://proceedings.science/compos/compos-2022/papers/engajamento-com-o-comum-e-as-disputas-por-hegemonia_p?
- Bastos, Pablo Nabarrete. (2022b). Hegemonia e engajamento em contexto de midiatização e plataformização. *Liinc em Revista*, [S. l.], v. 18, n. 2, 1-18.

- Bastos, Pablo Nabarrete. Via Campesina e Alba dos Movimentos Sociais: engajamento e luta pelo comum na América Latina. In: 16º Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC), ALAIC/FADECOS, Buenos Aires, 2022. Anais... Buenos Aires: ALAIC/FADECOS, 2022c. Obtido em: <https://alaic2022.ar/memorias/index.php/2022>. Acesso em: 03 ago. 2023.
- Bianchi, A. (2008). *O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política*. Campinas: Alameda Editorial.
- Borba, dos S. de (2020). P. Primaveras, Tribunais e Dólares: Uma análise panorâmica das crises políticas na América Latina (1990-2020). *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, [S. l.], v. 14, n. 2, 122-156.
- Buci-Glucksmann, C. (1980) *Gramsci e o estado*: por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Burgos, R. (2017). Para uma teoria integral da hegemonia. Uma contribuição a partir da experiência latino-americana. *O Social em Questão* - Ano XX - nº 39 - Set a Dez, 127-166.
- Clacso - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. (2010). Manifiesto General de la Primera Cumbre de Consejos de Movimientos Sociales del ALBA-TCP. *OSAL - Observatorio Social de América Latina*. Año XI Nº 27, abril. Obtido em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal27/26PCCMS>.
- Cloc – La Vía Campesina (2022, 07 de dezembro). Declaración Final: III Asamblea Continental de la CLOC-Vía Campesina. *Cloc – La Vía Campesina*. Obtido em <https://cloc-viacampesina.net/declaracion-final-iii-asamblea-continental>.
- _____. (2020, 01 de junho). O que é CLOC-Via Campesina? *Cloc – La Vía Campesina*. Obtido em <https://cloc-viacampesina.net/que-es-la-cloc-via-campesina>.
- _____. (2023, 17 de janeiro). Perú: solicitamos la intervención de los mecanismos de protección de derechos humanos de la ONU. *Cloc – La Vía Campesina*. Obtido em <https://cloc-viacampesina.net/solicitamos-proteccion-de-derechos-humanos-peru>.
- _____. (2023^a, 09 de janeiro). Repudiamos intento de golpe contra el gobierno de Lula en Brasil. *Cloc – La Vía Campesina*. Obtido em <https://cloc-viacampesina.net/repudiamos-intento-de-golpe-en-brasil>.
- Coutinho, C. N. (1992). *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus.
- Dardot, P & Laval, C. (2017). *Comum*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Desmarais, A. A. (2013). *A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular.
- Festa, R. & Silva, C. E. L. da (orgs.). (1986). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas.
- Gramsci, A. (1999). *Cadernos do cárcere*, volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2001). *Cadernos do cárcere*, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2007a). *Cadernos do cárcere*, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2007b). *Cadernos do cárcere*, volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2011). *Cartas do Cárcere*. Galicia: Estaleiro.
- Grinberg, M. S. (org.) (1987). *A comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Harvey, D. (Winter 2011a). The Future of the Commons. *Radical History Review*. Issue 109.
- Harvey, D. (2011b). *O Enigma do Capital*: e as crises do capitalismo. São Paulo, SP: Boitempo.

- Jansson, A. (2017). *Mediatization and mobile lives: a critical approach*. London: Routledge.
- Kaplún, M. (1985). *El comunicador popular*. Quito: CIESPAL.
- Lenin, V. I. (2009) Working-class and bourgeois democracy. In *Collected works*. Volume 8. January-July 1905. Digital Reprints.
- Liguori, G. (2007). *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- _____.(2014). Aparelho hegemônico. In Liguori, G. & Voza, P. (orgs.). *Dicionáriogramsciano*. São Paulo: Boitempo.
- Marcondes Filho, C. (1987). Jornal comunitário e mobilização popular. In _____. *Quem manipula quem: poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil* (pp.155-162) 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mariátegui, J. C. (1975). *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Omega.
- _____.(2011). *Por um socialismo indo-americano*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Marx, K. (2007, novembro). Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. *Marxists Internet Archives*. Obtido em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>.
- Miani, Rozinaldo Antonio (2010). Os pressupostos teórico ideológicos da Comunicação Popular e Comunitária. In: Simpósio de Comunicação Popular e Comunitária, 1., 2010, Londrina. *Anais...* Londrina: UEL, 2010.
- _____.(2011). Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, v. 02, n. 25, dez., 221-233.
- Peruzzo, C. M. K. (1998). *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, B. de S. (2002). Sociologia das ausências e das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, Outubro, 237-280.
- Sodré, M. (2002). *Antropológica do espelho: Uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____.(2014). *A ciência do comum: Notas para o método comunicacional*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Via Campesina. (2023, 09 de janeiro). ¡La Vía Campesina repudia los actos antidemocráticos contra el Gobierno de Lula en Brasil! *Vía Campesina*. Obtido em <https://viacampesina.org/es/brasil-la-via-campesina-repudia-los-actos-antidemocraticos-contra-el-gobierno-de-lula/>.
- _____. (2021, dia mês?). *Small farmers hold the answer to feeding the world. Why is the UN not listening?* *Vía Campesina*. Obtido em <https://viacampesina.org/en/small-farmers-have-the-answer-to-feeding-the-world-why-isnt-the-un-listening/>.
- _____. (2023a). *The International Peasants' Voice*. Obtido em <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>. Conferir?
- Vieira, F. B. (s/d). *Vía Campesina: um projeto contra-hegemônico?*. Obtido em <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/flaviabraga.pdf>.
- Williams, R. (1969). *Cultura e sociedade: 1780-1950*. São Paulo: Editora Nacional.